



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 19 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2012

FOLHA DE SÃO PAULO Cai 7º ministro de Dilma após acusações de irregularidades.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Partido aliado faz pressão sobre Guido Mantega e preocupa Dilma	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Negromonte cai e culpa 'denúncias vazias'	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma diz que Brasil precisará de 'ousadia e disciplina' contra crise.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Empresários debatem restrição à importação.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO 'Brasiguaios' são desafio ao Itamaraty	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Negromonte cai, mas o PP fica nas Cidades	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Mercadante promete 600 mil tablets para professores	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Romaria a Brasília para proteção contra importados	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO PARÁ Banco da Amazônia apoiará 56 projetos	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE PERNAMBUCO Oposição crítica queda de ministros e nomeações	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Marco Maia antecipa os principais itens da pauta de 2012	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Marco Maia confirma que votações começarão com previdência dos servidores	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Fiesp modera crítica à barreira imposta pelo governo argentino	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Aguinaldo Ribeiro assume Pasta das Cidades e garante ser 'ficha limpa'.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Dilma sinaliza contenção de gastos e incentivo à indústria nacional	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Maioria dos ministérios reduziu ritmo de alta das despesas em 2011	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Receita vai intensificar análise de importações	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Abinee quer incentivos do governo para enfrentar a concorrência internacional	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Cai 7º ministro de Dilma após acusações de irregularidades	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sétimo ministro de Dilma a cair após suspeita de irregularidades, Mário Negromonte (PP) pediu demissão do Ministério das Cidades.

Ele é acusado de favorecer aliados com verbas do Ministério. "Saio mais tranquilo do que entrei", disse.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), considerado novato em Brasília, será o seu substituto.

Negromonte cai e culpa "denúncias vazias"

Ministro das Cidades é o sétimo a sair sob suspeita de irregularidades; líder do PP na Câmara será seu substituto

Novo titular da pasta, Aguinaldo Ribeiro diz que vai trabalhar pela união do partido, que continua rachado

DE BRASÍLIA

Indicado pelo PP, o ministro Mário Negromonte entregou ontem o pedido de demissão do **Ministério** das Cidades. O líder do partido na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB), será o substituto.

Foi o sétimo ministro de Dilma Rousseff a cair sob suspeita de irregularidade, o primeiro neste ano.

Em carta entregue à presidente, no Palácio do Planalto, o ex-ministro disse que foi alvo de "denúncias vazias".

À Folha Negromonte afirmou que saiu por questões políticas: "Aqui não tem ilegalidade, não tem corrupção. O problema foi político. Não foi de gestão. Nenhuma denúncia vingou".

Desde o ano passado, o ministro enfrentava desgaste no cargo. Foi envolvido em suspeitas de pagamentos de mesadas a colegas do PP, fraude num parecer de um projeto da Copa do Mundo e direcionamento de emendas para favorecer sua mulher na Bahia.

Como revelou a Folha, o ministro teve seu nome ligado a reuniões sigilosas com empresário e lobista na casa do deputado João Pizzolatti (PP-SC). Negromonte participou de um dos encontros. O caso derrubou o chefe de gabinete dele, Cássio Peixoto.

"PALAVRAS DE CONFORTO"

O ex-ministro, que voltará à Câmara para cumprir seu mandato de deputado, disse que, "com as palavras de conforto da presidente, saio mais tranquilo do que entrei".

Dilma manifestou-se de maneira protocolar, por meio de nota da assessoria. "A presidente da República agradece os serviços por ele prestados ao país à frente da pasta e lhe deseja boa sorte em seus novos projetos."

A queda de Negromonte é mais um capítulo da reforma ministerial em curso.

Sua gestão à frente do **Ministério** nunca agradou à presidente Dilma, e ele não conseguiu apaziguar sua bancada no Congresso, dividida entre os que o apoiavam e os que pediam a sua saída. A demissão dele foi antecipada no sábado pela Folha.

Ciente do desgaste e do risco de perder a pasta, o PP negociou sua saída e conseguiu ficar com o **Ministério**.

O nome de Aguinaldo Ribeiro, 42 anos, não é consenso na bancada -ele é desafeto do grupo de Negromonte-, mas sempre foi bem-visto no Planalto e teve o respaldo do presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ).

Ribeiro disse que vai trabalhar pela unidade do partido, que é aliado do governo: "Essa é nossa prioridade. Tanto na liderança como nesse novo desafio [ser ministro] que Deus nos designou".

Questionado sobre relações políticas, disse: "Procurei sempre construir boas relações. Sempre tive postura de debater ideias e há valores que acho fundamental nunca extrapolar e nunca entrar no jogo sujo dos políticos".

REFORMA

A substituição não é a primeira do ano. Na semana passada, Fernando Haddad deixou o **Ministério** da Educação para se dedicar à disputa pela Prefeitura de São Paulo.

O petista Aloizio Mercadante, então na Ciência e Tecnologia, assumiu o posto. Para seu lugar, foi Marco Antonio Raupp (PMDB).

A expectativa é que Dilma defina com o PDT o novo ministro do Trabalho. O cargo é ocupado pelo interino Paulo

Roberto dos Santos Pinto, que assumiu após a queda de Carlos Lupi, em dezembro.

(CATIA SEABRA, FLAVIA FOREQUE, NATUZA NERY E LEANDRO COLON)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Partido aliado faz pressão sobre Guido Mantega e preocupa Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um suposto esquema de corrupção na Casa da Moeda põs Guido Mantega (Fazenda) no centro de um escândalo que preocupa o Planalto. Insatisfeitos com a perda de espaço, membros do PMDB querem forçar o ministro a explicar publicamente por que manteve um servidor na estatal após alertas sobre seu envolvimento no esquema.

Ação de Mantega na Casa da Moeda preocupa Planalto

Insatisfeito com perda de espaço no governo, PMDB cobra explicação de titular da Fazenda sobre denúncia na estatal

Ministro manteve dirigente no cargo mesmo após alerta da Casa Civil sobre suspeitas de corrupção

DE BRASÍLIA

As recentes acusações na Casa da Moeda jogaram o ministro Guido Mantega (Fazenda) no centro de um escândalo político que preocupa o Palácio do Planalto.

Uma ala do PMDB cobrou explicações sobre por que o ministro manteve Luiz Felipe Denucci na chefia da estatal após alertas sobre o envolvimento do servidor em suposto esquema de corrupção.

É justamente isso o que perturba o Palácio do Planalto: setores do PMDB insatisfeitos com a perda de espaço prometem usar o episódio para dar o troco.

O presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, revelou ontem que o partido só indicou Denucci para a Casa da Moeda atendendo a um pedido do ministro.

"Mantega chamou Jovair [Arantes, líder do PTB na Câmara], e pediu um aval. Denucci não é do PTB, é do Mantega. Fizemos um favor ao Mantega e nos demos mal."

Denucci tem a mesma versão. "Se o ministro Mantega pediu o aval do PTB para minha indicação, não é de minha alçada. Fui chamado por minha experiência com crise. Apoio partidário não tive."

As pessoas próximas ao ministro têm dito o contrário: que foram apresentadas a Denucci pelo líder do PTB.

Sem uma manifestação oficial de Mantega desde sábado, quando Denucci foi demitido, a Fazenda soltou ontem uma nota para dizer que "o **Ministério** decidiu instaurar comissão de sindicância investigativa para apurar as informações mencionadas".

Denucci foi demitido às pressas por um funcionário do terceiro escalão após tomar conhecimento de que a Folha preparava reportagem sobre irregularidades na Casa da Moeda.

Ele montou "offshores" em paraísos fiscais que teriam recebido U\$ 25 milhões, segundo relatório de uma empresa especializada em transferências internacionais.

O documento da WIT relata que os depósitos eram oriundos de comissões pagas por fornecedores da estatal.

Informalmente, a pasta diz não ter tomado providências porque o PTB teria se recusado a formalizar a denúncia.

Ontem, o líder do DEM na Câmara, ACM Neto, apresentou requerimento à Mesa pedindo explicações formais a Mantega. Ele também solicitou acesso a documentos relacionados a Denucci que tratem do episódio.

O líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), não descartou apoiar a presença de Mantega no Congresso. "Não vejo nenhuma dificuldade que ele venha falar sobre essa situação. Ele tem sido o mais responsável e claro com os assuntos do **Ministério**."

No Senado, o PMDB não saiu em defesa do ministro.

(ANDREZA MATAIS, SIMONE IGLESIAS, MARCIO FALCÃO, NATUZA NERY e MARIA CLARA CABRAL)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Negromonte cai e culpa 'denúncias vazias'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro das Cidades é o sétimo a sair sob suspeita de irregularidades; líder do PP na Câmara será seu substituto

Novo titular da pasta, Aguinaldo Ribeiro diz que vai trabalhar pela união do partido, que continua rachado

DE BRASÍLIA

Indicado pelo PP, o ministro Mário Negromonte entregou ontem o pedido de demissão do **Ministério** das Cidades. O líder do partido na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB), será o substituto.

Foi o sétimo ministro de Dilma Rousseff a cair sob suspeita de irregularidade, o primeiro neste ano.

Em carta entregue à presidente, no Palácio do Planalto, o ex-ministro disse que foi alvo de "denúncias vazias".

À Folha Negromonte afirmou que saiu por questões políticas: "Aqui não tem ilegalidade, não tem corrupção. O problema foi político. Não foi de gestão. Nenhuma denúncia vingou".

Desde o ano passado, o ministro enfrentava desgaste no cargo. Foi envolvido em suspeitas de pagamentos de mesadas a colegas do PP, fraude num parecer de um projeto da Copa do Mundo e direcionamento de emendas para favorecer sua mulher na Bahia.

Como revelou a Folha, o ministro teve seu nome ligado a reuniões sigilosas com empresário e lobista na casa do deputado João Pizzolatti (PP-SC). Negromonte participou de um dos encontros. O caso derrubou o chefe de gabinete dele, Cássio Peixoto.

"PALAVRAS DE CONFORTO"

O ex-ministro, que voltará à Câmara para cumprir seu mandato de deputado, disse que, "com as palavras de conforto da presidente, saio mais tranquilo do que entrei".

Dilma manifestou-se de maneira protocolar, por meio de nota da assessoria. "A presidente da República agradece os serviços por ele prestados ao país à frente da pasta e lhe deseja boa sorte em seus novos projetos."

A queda de Negromonte é mais um capítulo da reforma ministerial em curso.

Sua gestão à frente do **Ministério** nunca agradou à presidente Dilma, e ele não conseguiu apaziguar sua bancada no Congresso, dividida entre os que o apoiavam e os que pediam a sua saída. A demissão dele foi antecipada no sábado pela Folha.

Ciente do desgaste e do risco de perder a pasta, o PP negociou sua saída e conseguiu ficar com o **Ministério**.

O nome de Aguinaldo Ribeiro, 42 anos, não é consenso na bancada -ele é desafeto do grupo de Negromonte-, mas sempre foi bem-visto no Planalto e teve o respaldo do presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ).

Ribeiro disse que vai trabalhar pela unidade do partido, que é aliado do governo: "Essa é nossa prioridade. Tanto na liderança como nesse novo desafio [ser ministro] que Deus nos designou".

Questionado sobre relações políticas, disse: "Procurei sempre construir boas relações. Sempre tive postura de debater ideias e há valores que acho fundamental nunca extrapolar e nunca entrar no jogo sujo dos políticos".

REFORMA

A substituição não é a primeira do ano. Na semana passada, Fernando Haddad deixou o **Ministério** da Educação para se dedicar à disputa pela Prefeitura de São Paulo.

O petista Aloizio Mercadante, então na Ciência e Tecnologia, assumiu o posto. Para seu lugar, foi Marco Antonio Raupp (PMDB).

A expectativa é que Dilma defina com o PDT o novo ministro do Trabalho. O cargo é ocupado pelo interino Paulo Roberto dos Santos Pinto, que assumiu após a queda de Carlos Lupi, em dezembro.

(CATIA SEABRA, FLAVIA FOREQUE, NATUZA NERY E LEANDRO COLON)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma diz que <u>Brasil</u> precisará de 'ousadia e disciplina' contra crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Discurso econômico é ponto central de mensagem ao Congresso

MARIA CLARA CABRAL

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

Preocupada com os efeitos da crise financeira internacional, a presidente Dilma Rousseff disse ontem, em mensagem enviada ao Congresso, que a condução da política econômica vai exigir "ousadia e disciplina".

O texto, lido pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), afirmou que o Brasil tem condições para manter o crescimento e enfrentar com "firmeza e otimismo o cenário adverso que se vislumbra e que marcará a economia mundial".

"[É preciso ter] disciplina para assegurar a solidez de nossos fundamentos macroeconômicos, o que passa pelo alcance do superavit fiscal, pela atenção constante sobre a evolução dos preços e pela continuidade da redução da dívida pública brasileira como proporção do PIB e melhoria de seu perfil."

Outra aposta do governo para manter o crescimento e também o investimento no mercado interno com aumento da produção e geração de emprego.

A mensagem presidencial apostou no desempenho da economia no ano passado para mostrar avanços no primeiro ano da gestão da petista.

Dilma não falou sobre escândalos de corrupção nem mandou recados políticos, o que provocou críticas da oposição em no dia da queda de Mário Negromonte (Cidades).

Dilma ainda fez um afago aos congressistas, que de acordo com ela, atuaram "de forma crítica e independente, acima das divergências partidárias".

A única cobrança foi a aprovação pelo Congresso da Lei Geral da Copa. Em uma defesa da competência do país para sediar o evento esportivo, a presidente afirmou que as obras nos estádios estão seguindo a normalidade.

Dilma afirmou que não faltarão recursos para ações sociais e para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e elegeu como prioridade a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A reabertura dos trabalhos do Congresso também teve um tom de despedida.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) reclamou de não ganhar reconhecimento por ter envelhecido servindo o país.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários debatem restrição à <u>importação</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE SÃO PAULO

Empresários brasileiros de diversos setores se reuniram ontem na Argentina. Eles discutiram as restrições à importação do Brasil adotadas pelo governo argentino desde quarta-feira.

Depois, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP), Paulo Skaf, se reuniu com os ministros argentinos Hernan Lorenzino (Economia), Débora Giorgi

(Indústria) e os secretários Beatriz Pagliari e Guillermo Moreno (**Comércio** Interior e Exterior).

No encontro, segundo a assessoria de imprensa da Fiesp, Skaf evitou fazer críticas às novas regras e defendeu um maior equilíbrio na balança comercial entre Brasil e Argentina.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO 'Brasiguaios' são desafio ao Itamaraty		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estima-se que cerca de 350 mil brasileiros vivam no Paraguai. Boa parte deles são os chamados "brasiguaios", que se dedicam à agricultura em regiões próximas à fronteira com o Brasil.

Crises periódicas envolvem a situação desses brasileiros no país vizinho, como agora: milhares de trabalhadores rurais sem terra paraguaios acamparam próximo às fazendas dos brasiguaios — em alguns casos dentro delas — para exigir a posse de 167 mil hectares que, na opinião deles, deveriam passar às mãos dos paraguaios.

Os agricultores reclamam o cumprimento de promessas do presidente Fernando Lugo de se empenhar na solução dos problemas fundiários do país. Querem, claro, como primeira providência, a expulsão dos brasiguaios. Os chamados carperos (que vivem em carpas, tendas em português) se valem de uma lei de 2005, segundo a qual estrangeiros não poderiam comprar terras a 50 quilômetros da fronteira. Em 2007, foi aprovada a Lei de Fronteira, que agravou a situação ao dispor que quem não estiver dentro de uma área definida pode ser expulso da propriedade. Os brasiguaios chegaram muito antes dessas leis e são altamente produtivos, grandes cultivadores de soja, e contribuem bastante para a economia da nação vizinha. Muitos têm títulos de propriedade das terras, filhos nascidos no Paraguai e não pretendem deixar para trás tudo o que conquistaram com seu trabalho.

As autoridades paraguaias deslocaram forças policiais para os arredores das áreas ocupadas, mas é quase impossível que deem conta do problema, pois os sem-terra continuam chegando em massa à região. O encarregado de Negócios do Paraguai no Brasil, Didier Olmedo, afirmou que o governo Lugo está empenhado em encontrar uma solução, mas

reconheceu, corretamente, que o assunto deve passar para a órbita dos tribunais.

Como se trata de brasileiros, a questão envolve o Estado nacional e mobiliza o governo num trabalho conjunto com as autoridades paraguaias, não só na busca de alternativas para o problema, como para evitar um agravamento de uma situação muito tensa que pode evoluir para um indesejável conflito na fronteira. O grande problema é a adesão do governo brasileiro, nos governos Lula e Dilma, à diplomacia companheira, que trata com deferência especial, às vezes em detrimento até dos interesses nacionais, líderes de países identificados com causas da esquerda latino-americana, num viés de ultrapassado confronto com os Estados Unidos.

Exemplos não faltam dessa atitude brasileira nos últimos anos. No início de seu primeiro governo, Lula tratou com brandura o programa de nacionalização do governo boliviano na área do gás, com prejuízo para a Petrobras, por identificação ideológica com o companheiro Evo Morales. Também o regime cubano tem sido alvo de atenções especiais por parte tanto de Lula quanto de Dilma, que acaba de encerrar visita ao país dos Castro, quando defendeu enviesadamente a ditadura na questão dos direitos humanos. Que a tendência não venha a se manifestar agora em que há brasileiros envolvidos numa situação difícil no Paraguai, apenas porque o presidente Lugo é outro companheiro. É preciso ser firme na defesa dos direitos dos brasiguaios.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Negromonte cai, mas o PP fica nas Cidades		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nono a sair e sétimo ministro do governo Dilma a cair por suspeitas de irregularidades, Mário Negromonte deixou o Ministério das Cidades, mas seu PP continuará comandando a pasta. Assumirá o hoje líder do partido na Câmara, Aguinaldo Ribeiro, da Paraíba, que responde a ações no STF e indicou a cidade administrada por sua mãe para receber verbas.

'Pirâmide' rui e Negromonte cai; PP fica

Luiza Damé, Adriana Vasconcelos, Cristiane Jungblut e Gerson Camarotti

BRASILIA. Em 13 meses de governo, a presidente Dilma Rousseff trocou ontem o sétimo ministro de sua equipe envolvido em denúncias de irregularidades. Sem apoio de seu partido, o PP, Mario Negromonte formalizou seu pedido de demissão do Ministério das Cidades numa audiência de 15 minutos com Dilma. Em seguida, Dilma se reuniu com o presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), e convidou o líder do partido na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB), para assumir o cargo.

Além dos desafios técnicos, sendo o principal destravar o programa Minha Casa, Minha Vida, o novo ministro enfrentava ontem resistência de parte de seus colegas de bancada.

- A recomendação é correr para vencer entraves. No Minha Casa, Minha Vida, precisamos dinamizar as relações com a Caixa Econômica para agilizar o programa - disse Ribeiro, ao sair do Palácio do Planalto.

Escolha de Ribeiro deixa bancada do PP dividida

No meio da tarde, antes da confirmação oficial da escolha do novo ministro, o deputado Nelson Meurer (PP-PR), que perdeu para Ribeiro a liderança do PP no auge da primeira crise enfrentada por Negromonte em agosto passado, não se conteve:

- Não foi uma boa saída. O Negromonte saindo desse jeito, chamuscado. Mas já confirmaram mesmo (o Ribeiro)? Vamos ver como ele vai se sair.

Como a bancada não estava unificada em torno do novo ministro, à noite, Dornelles convocou uma reunião com

deputados e senadores do PP; parte da bancada da Câmara preferia o deputado Márcio Reinaldo (MG). Com a presença de Ribeiro, Dornelles disse que a decisão de nomeá-lo foi de Dilma, e que não foi dada ao partido a oportunidade para fazer outra indicação.

- O nome do Márcio unificaria a bancada, se pudéssemos ter indicado. Mas, de qualquer forma, nós sentimos prestigiados pela escolha da presidente afirmou o deputado Jerônimo Goergen (RS), que assumiu interinamente a liderança do PP.

Ribeiro disse que assumirá "um Ministério bastante complexo". Disse que ainda não está pensando na composição da pasta, mas disse ter "muito boas referências" da secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, ligada ao PT.

- Aceitamos o convite da presidente, com muita honra. Sabemos que teremos um desafio grande para vencer as dificuldades na operacionalização do próprio Ministério. Vamos aproveitar o fim de semana para nos inteirarmos de todas esses temas e apresentar o resultado efetivo dessas ações - afirmou.

Ribeiro disse que Dilma não cobrou explicações sobre a ação de improbidade administrativa de quando ele foi secretário de Agricultura da Paraíba:

- Esse assunto já está vencido, já está julgado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Regional Federal. É um assunto recorrente, mas os canais da Justiça já haviam se manifestado - disse.

A demissão de Negromonte e o convite a Ribeiro foram anunciados pelo Palácio do Planalto por volta de 16h, em nota. No comunicado, Dilma agradeceu a Negromonte pelos "serviços por ele prestados" e lhe deseja boa sorte em seus novos projetos.

Dos 37 ministros que assumiram o governo com Dilma, oito saíram antes de Negromonte: Antonio Palocci (Casa Civil), Carlos. Lupi (Trabalho), Alfredo Nascimento (Transportes), Pedro Novais (Turismo), Orlando Silva (Esporte), Wagner Rossi (Agricultura), Nelson Jobim (Defesa) e Fernando Haddad (Educação). Só os dois últimos não enfrentavam denúncias de irregularidades. Hoje são 38 ministros.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Mercadante promete 600 mil tablets para professores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Novo ministro da Educação anuncia que gastará até R\$ 180 milhões na compra de equipamento digital para rede pública

Demétrio Weber

BRASÍLIA. Antes mesmo de anunciar sua equipe, o novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, divulgou ontem a sua primeira iniciativa à frente da pasta. Ele prometeu distribuir, no segundo semestre deste ano, até 600 mil tablets a professores da rede pública urbana de ensino médio — número suficiente para que cada docente receba o seu. A intenção, depois disso, é fazer o mesmo com os que lecionam no ensino fundamental.

O pregão de compra dos tablets, porém, ainda não foi inteiramente finalizado. Falta realizar a análise técnica das propostas vencedoras no quesito menor preço, o que será feito pelo Inmetro.

Se tudo der certo, a assinatura dos contratos está prevista para 24 de abril. O passo seguinte será inserir arquivos digitais com material didático em todas as máquinas para auxiliar os professores na tarefa de ensinar. Só aí será feita a distribuição, o que Mercadante garante que ocorrerá no segundo semestre.

A aquisição de tablets começou a ser preparada na gestão do ex-ministro Fernando Haddad, que pesquisou experiências internacionais e lançou ata de registro de preços em dezembro.

O projeto de Haddad, no entanto, previa a entrega das máquinas tanto a professores quanto a estudantes. Ao assumir o **Ministério** da Educação (MEC), Mercadante decidiu começar exclusivamente pelos professores: — É mais seguro. E

dá tempo de amadurecer o projeto pedagógico — disse ontem.

Ele prevê investir entre R\$ 150 milhões e R\$180 milhões na compra das máquinas. As duas empresas vencedoras da fase de menor preço foram a Positivo Informática e a Digibrás.

A distribuição será feita apenas em estados e municípios que aderirem ao programa. Por isso, segundo o ministro, não é possível falar com exatidão quantos tablets serão comprados. Ele afirmou que não será cobrada contrapartida financeira.

Entusiasta do uso de tecnologias da informação e comunicação para melhorar a educação, Mercadante ressaltou que nada substitui a relação professor-aluno. Ele observou, porém, que a informática e as tecnologias digitais estão cada vez mais presentes no dia a dia da população. E que é difícil imaginar, nos dias de hoje, um professor que leccione sem ter acesso ao Google ou a outros sistemas de busca.

O ministro afirmou que o programa começará pelo ensino médio porque essa etapa é a que tem piores indicadores de qualidade e evasão. O MEC oferecerá cursos de capacitação dos professores

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO Romaria a Brasília para proteção contra <u>importados</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Calçadistas já planejam fábrica na Argentina, diante da dificuldade na exportação. Acordo com o México ameaçado

Eliane Oliveira, Mônica Tavares Paulo Justus

BRASÍLIA e SÃO PAULO. A possibilidade de o Brasil aumentar em cem itens os produtos que podem ter a tarifa de importação elevada em até 55% no comércio fora do Mercosul já provoca uma romaria de representantes de diversos setores a Brasília para pedir proteção. São exemplos os segmentos de eletroeletrônicos, carne suína, vinhos, arroz, leite, achocolatados, doces e tratores.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, reuniu-se ontem com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para reivindicar a elevação, de 14% para 35%, das tarifas de importação de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia. Segundo ele, os chineses que estão investindo no Brasil estão dando preferência a importados. Como consequência, as compras externas desses produtos subiram 56%.

- É um sinal claro de desindustrialização da indústria nacional - afirmou Barbato.

Semana passada, produtores de diversas áreas procuraram o Ministério da Agricultura com o mesmo objetivo, só que contra os vizinhos sul-americanos.

O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Rodrigo Alvim, disse que há problemas no comércio do setor com o Uruguai. Em dezembro, foram importadas do país vizinho mais de cinco mil toneladas de leite em pó.

Os produtores brasileiros de arroz sofrem concorrência da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, disse o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, Francisco Lineu Shardong. Em 2011, o setor chegou a exportar dois milhões de toneladas de arroz beneficiado para 55 países. Mas este resultado só foi possível por causa de mecanismos de incentivo brasileiros.

- Temos de começar a responder, impor restrições - disse Shardong, acrescentando que o arroz importado é até 45% mais barato do que o nacional.

Exportadores defendem retaliação brasileira

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro Camargo Neto, reclamou da regra argentina de pré-autorização de importações.

- Todo o comércio está parado no Mercosul. Por quanto tempo? - perguntou, defendendo a retaliação.

De acordo com Benedito Rosa, da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, a lista de cem produtos foi aprovada pelo Mercosul. Ele explicou que assim que cada país fechar a relação de seus itens, as listas serão analisadas pelo conselho de ministros do bloco.

O governo brasileiro estuda uma resposta à mais nova medida protecionista argentina. A ideia é impor restrições às importações de produtos vendidos ao Brasil.

- Vamos nos reunir para ver se vamos ter de produzir sapatos lá (Argentina) para poder continuar exportando. Nós e outras empresas estamos pensando nisso. Algumas já estão em estágio avançado, alugando prédios. São empregos que poderiam ser gerados no Brasil - disse Paulo Grings, diretor-presidente da Piccadilly.

Já a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) procura negociar com a Federação da Indústria Têxtil Argentina para que a nova medida não seja cobrada de parceiros comerciais do Mercosul. A entidade também pressiona o governo brasileiro para que atue energicamente contra as barreiras do país vizinho.

O Brasil também ameaça romper o acordo automotivo com o México, em vigor desde 2002, para forçar o país a ampliar o tratado e abrir seu mercado a todas as categorias de produtos. A medida faz parte da estratégia brasileira de pressionar os mexicanos a importarem, principalmente, químicos e produtos agropecuários e, ao mesmo tempo, demonstrar insatisfação com o andamento do tratado.

Sempre houve resistência do México em expandir o acordo, embora, desde o início, houvesse um entendimento de que o **comércio** bilateral passaria por um processo de abertura para, ao menos, mil itens. Com a exclusão do México do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

sobre carros **importados**, há um déficit do lado brasileiro de US\$ 1,5 bilhão somente no **comércio** de veículos.

- A negociações para ampliar o acordo não foram suspensas, mas não estamos nem um pouco satisfeitos com a situação - disse uma fonte do governo.

	VEÍCULO DIÁRIO DO PARÁ	EDITORIA	
	TÍTULO Banco da <u>Amazônia</u> apoiará 56 projetos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cinquenta e seis projetos do Pará, Tocantins, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Roraima foram classificados no Edital de Patrocínios 2012 do Banco da Amazônia na modalidade cultural. Outras 142 propostas também foram contempladas nas categorias voltadas para os segmentos social, esportivo, ambiental, de exposições e congressos, além dos projetos que detêm o selo de aprovação na Lei Federal de Incentivo à Cultura Rouanet. Ao todo, o Banco vai destinar R\$ 5,3 milhões em investimentos.

De acordo com o gerente de imagem e comunicação do Banco da Amazônia, Luiz Lourenço, os nove estados da Amazônia Legal vão ser beneficiados pelo patrocínio da instituição. Uma equipe multidisciplinar, formada por sete técnicos de diversas áreas do Banco, analisou mais de 800 ideias inscritas. Alguns levam vantagem quando se destacam pelo caráter social. Atuar em um município com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, por exemplo. Estar alinhado com o programa do Governo Federal Brasil sem Miséria, também ganha pontos na hora da avaliação. “Uma

das prioridades do Banco é ser um agente das políticas públicas do Estado”, justifica.

PRÓXIMO PASSO

Os classificados têm até 18 de fevereiro de 2012 para levar toda a documentação necessária para efetivar o contrato de patrocínio, conforme divulgado no edital de seleção.

Entre os paraenses que vão receber patrocínio do Banco da Amazônia estão o projeto de impressão de lançamento do livro “Pororoca Pequena: Marolinhas sobre a Amazônia de Cá”, de Rogério Almeida; “O Cinema no Pará: Mostra Didática de Filmes, Catálogo e Exposição”, de Ramiro Quaresma; “Projeto Circuito Literário”, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; “Acervos em Movimento: Os museus do Pará e suas coleções”, de Deyse Ane Ribeiro Marinho; e outros. (Diário do Pará)

	VEÍCULO FOLHA DE PERNAMBUCO	EDITORIA
	TÍTULO Oposição critica queda de ministros e nomeações	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Rogério França/Arquivo Folha BRUNO: "Se continuar nesse ritmo, ainda teremos mais 24 trocas pela frente"

O líder da oposição na Câmara, deputado federal Bruno Araújo (PSDB), usou a matemática para expressar seu receio com relação aos resultados negativos que o troca-troca de ministros no Governo da presidente Dilma Roussef (PT) podem causar ao País. "É uma questão de regra de três simples. Se continuar nesse ritmo, com oito quedas de ministros por ano, ainda teremos mais 24 trocas pela frente até o fim do Governo Dilma", disparou o deputado.

Para o tucano, Mário Negromonte - ex-ministro das Cidades, substituído ontem por Aguinaldo Ribeiro (PP) após entregar sua carta de demissão à presidente - ainda sai em situação melhor do que outros ministros. "Ele não tinha mais condições políticas de se manter como ministro e ainda assim conseguiu tempo para estipular o momento de sua saída", afirmou Araújo, destacando que as trocas são um reflexo do **Ministério** instável escolhido pela presidente.

Apesar das críticas, o deputado desejou um bom trabalho a Aguinaldo Ribeiro. Já na opinião do deputado federal Raul Henry (PMDB) a grande problemática é que mudam os ministros mas não muda a lógica de nomeações. "Os **Ministérios** continuam sendo feudo dos partidos. Como se os **Ministérios** brasileiros fossem um bolo que a presidente pode dividir entre os aliados", censurou o peemedebista. O deputado federal Mendonça Filho (DEM) reforçou as críticas sobre a maneira de administrar as substituições de ministros. "Acho que a presidente não pode se submeter a pressões políticas e eleitorais, do contrário não irá governar. Esse loteamento absurdo dos **Ministérios** tem que terminar", ponderou o deputado.

O democrata também contou que acredita existir uma diferença de tratamento entre os ministros, o que pode complicar ainda mais as crises no Planalto. "Há uma briga muito feia e ela deve adotar a mesma postura com relação aos aliados e petistas. "O **PIM**entel - Fernando **PIM**entel, ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior - passou por uma saraivada de críticas e não mereceu o tratamento que alguns aliados tem recebido. A impressão que fica é que com o PT a "coisa" é menos forte", alfinetou.

DENÚNCIAS

O deputado Bruno Araújo declarou ainda que o PSDB irá convocar o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para explicar as irregularidades e denúncias de desvio na Casa da Moeda, que culminaram na demissão do presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci. "Recebemos uma denúncia de que Mantega tinha conhecimento do episódio há meses. Queremos que ele explique melhor os fatos, e esclareça porque a demora para a demissão dos envolvidos diante de fatos tão consistentes", avisou o tucano. O partido também cobrará esclarecimentos acerca das medidas administrativas e legais tomadas contra os acusados, já que consideram que apenas demitir os envolvidos não é punição suficiente.

Brasil Polícia procura acusado de matar procuradora Ibama quer recuperação da área Duas vítimas do gás seguem na UTI Remédios eram desviados em SP Carlos Minc vê riscos de explosões Cidadania Criança Segura Cartas de Florença - Uma estória de amor Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - 150 anos Cartas Curso Economia Vendas até 50% maiores com redução de IPI Atividade do **comércio** tem queda de 1,6% Lojas virtuais superam meta Projeto quer regular produtos PE tem investimentos recordes Hackers mudam alvo e atacam site do HSBC Parceria entre Abcred e **BNDES** vai facilitar acesso Doze municípios terão canais financiados Projeto para criação de matéria-prima Receita reduz tempo de liberação **Produção** no **Brasil** bate recorde Apreensão aumenta 16% em 2011 Cai número de voos ao Recife Proteste entra com ação contra venda de passagens **Brasil** pode rever acordo automotivo Regime não prejudicará o **Brasil** Esportes Emerson Sobral apitará o clássico Desfalque **importante** para o jogo de amanhã Greve na Arena é declarada ilegal Fera aponta a união como sua grande arma A economia refletida dentro de campo O quase centenário Santa Cruz está em festa hoje Leão e os problemas nas laterais Conhecendo os altos e baixos Apesar da Lanterna, nada muda Folha Saúde O corpo nos pontos dos pés Exames podem revelar o distúrbio O que diz o especialista Profissional precisa fazer curso específico Apneia do sono vai além de um simples ronco O que diz o especialista Treinamento suspenso: força, equilíbrio e dinamismo Técnica deve ter acompanhamento O que diz o especialista Geral Bonecos de

Olinda com roupas de grife Casos de dengue tipo 4 geram risco de epidemia Missa de 7º dia sob muita comoção Ex-namorada de goleiro vai a Júri Grande Recife Protesto na PE-60 contra derrubada de casas PE: alunos receberão tablets Ano letivo no Recife aberto oficialmente Fórum reivindica melhorias Nova agência do Bradesco é roubada em PE Caixa eletrônico de posto é arrombado Polícia investiga morte de sargento Condenados seis acusados de chacina Homem da Meia-Noite festeja seus 80 anos Musa do Galo é escolhida Folha na Folia Imóveis Primeiros beneficiados são de Igarassu Reformas devem ser orientadas por engenheiros Criar animais de estimação em condomínios não é proibido Livro aborda responsabilidade em caso de desabamento Oferta de luxo na Zona Norte do Recife Iniciativa deve ser prioridade em qualquer imóvel Moradora ensina a não ter conflitos Acessibilidade dentro do Minha Casa, Minha Vida Residenciais buscam alternativas Rossi vende itens de mobiliário Planeta Palestinos tentam bloquear comboio de Ban Ki-moon Polícia Executados após expediente de trabalho GOE prende suspeito de homicídio Apreendido com moto roubada Morto dentro da própria residência Suspeito de assalto é detido Homem morto a tiros dentro da residência Assassinado com oito disparos Política Desgastado, Negromonte entrega cargo

Aguinaldo Ribeiro diz não temer "fogo amigo" "Não tenho informações sobre ele" Ministras descartam crise Oposição critica queda de ministros e nomeações Dilma cobra "disciplina e ousadia" Soldado que derrubou Orlando é promovido STF libera CNJ para investigar Ex-presidente da Casa da Moeda será investigado Marta: vice não é compensação Isaltino flagrado em carro oficial Democrata ficará atento aos próximos atos da PCR Dirigentes do PSD e PTB se reúnem segunda Deputados voltam com novas propostas Programa Irreverência é a palavra de ordem Feitiço Axé no comando do Bal Masqué Horóscopo Samba, pop e batuque no Gagau Guaiamum Treloso aposta no indie BBB: Monique comenta "ficada" com Daniel Reggae para quem gosta de reggae Namorado de Jake morre em acidente Afrodite arma o seu cabaré high-tech A folia agora é em local fechado Baile do Pirata Gay agita a Metrópole Laços de ternura e algumas dúvidas Abismo para morte ou para a vitória Quando a capa não define, mesmo, o livro Doc. e longa em sessões especiais "Viagem 2" acerta na aventura em um ilha selvagem Chemical apresenta seu "Don't Think" nos cinemas "Amores Imaginários": tráfego entre o etéreo e o pop

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Marco Maia antecipa os principais itens da pauta de 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fundo de previdência complementar dos servidores, distribuição dos royalties do petróleo, Lei Geral da Copa e aprimoramento da Lei Seca são propostas prioritárias apontadas pelo presidente da Câmara.

Beto Oliveira

Marco Maia exaltou a aprovação, no ano passado, de projetos como a regulamentação da Emenda 29.

Em seu discurso nesta quinta-feira (2) na reabertura dos trabalhos legislativos, o presidente da Câmara, Marco Maia, destacou projetos prioritários para as votações deste ano, dentre eles o que institui o fundo de previdência complementar do servidor público federal (Funpresp – PL 1992/07). O presidente afirmou que a proposta “já conta com um forte indicativo de acordo entre as lideranças da Casa”.

Outra proposta que deve movimentar a Casa ainda no primeiro semestre, segundo Marco Maia, é aquela sobre a distribuição dos royalties do petróleo (PL 2565/11). De acordo com ele, os parlamentares estão amadurecendo o debate sobre a medida, “que certamente proporcionará **importante** volume de recursos a estados e municípios que permitirão desenvolver ou aprimorar políticas públicas essenciais”.

Agenda

Quanto ao projeto da Lei Geral da Copa (PL 2330/11), o presidente defendeu sua rápida aprovação. Para ele, trata-se do “instrumento que formatará a organização deste tão grandioso evento, que servirá de vitrine da cultura brasileira para o mundo”.

Neste ano, a Câmara também irá trabalhar pelo aprimoramento da chamada Lei Seca (11.705/08), segundo garantiu Marco Maria. “Precisamos enrijecer ainda mais os dispositivos legais para aqueles que misturam álcool e direção, na incessante busca pela redução dos tão nefastos acidentes de trânsito”, afirmou.

O presidente da Câmara destacou ainda a necessidade de cautela com as despesas governamentais. “Temos como certo que os gastos públicos, neste momento de conjuntura econômica mundial duvidosa, devem estar diretamente ligados ao aumento da **produção** e ao **desenvolvimento** econômico do País”, ressaltou.

Resultados

No que diz respeito aos trabalhos do último ano, o presidente destacou que a Casa aprovou 637 propostas – 144 em Plenário e 493 nas comissões. Entre os textos aprovados, ele destacou a regulamentação da Emenda 29 e as aprovações da PEC da Música ; e do novo Código Florestal, após 12 anos de tramitação.

Marco Maia ainda ressaltou a votação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), da regulamentação do aviso prévio proporcional e do Estatuto da Juventude. E acrescentou: “Vale ainda destacar a implementação, em caráter permanente, da política de valorização do salário mínimo, que o levará, em pouco tempo, a um patamar superior a 500 **dólares**”.

O presidente ainda elogiou a aprovação da lei que regulamenta o acesso às informações (12.527/11). Em sua opinião, esse instrumento “certamente modificará o padrão de relacionamento entre as instituições e a cidadania”.

Por fim, o presidente lembrou que, devido às eleições municipais, o Congresso disporá de menos tempo para votações neste ano. No entanto, ressaltou que “a eleição municipal sempre propicia um debate **importante** e certamente trará novos desafios para o Legislativo”.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Marco Maia confirma que votações começarão com previdência dos servidores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O primeiro item de votação no Plenário da Câmara neste ano será o Projeto de Lei 1992/07, que cria o regime de previdência complementar do servidor público federal. O presidente da Câmara, Marco Maia, lembrou nesta quarta-feira que a votação já havia sido acordada entre os líderes no final do ano passado. A proposta deve ser analisada em sessão extraordinária na próxima semana – a primeira sessão deliberativa está marcada para terça-feira (7).

Maia disse que deverá convocar uma reunião de líderes na terça para discutir a pauta. "Vou enviar aos líderes uma lista de projetos e de propostas pendentes de votação e que estão prontas para votação no Plenário para que nesta reunião já possamos discutir qual será a pauta deste mês."

Royalties do petróleo

Outro tema polêmico que continua a ser analisado pela Câmara é a proposta que define a nova forma de divisão dos royalties do petróleo. Os deputados precisam votar o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB -PB) ao PL 2565/11.

Marco Maia afirmou que na próxima semana deve ser instalada uma comissão especial para discutir a proposta, mas não há prazo para o final das discussões. "Ainda não estou estabelecendo data porque quero conversar um pouco com os líderes partidários, sentir o clima dos debates para ver qual é

a melhor data para pautarmos esse tema. Mas é um tema prioritário, está na Ordem do Dia para votação e será encarado com a devida responsabilidade e velocidade necessária", afirmou.

Comissões permanentes

A acomodação dos deputados do PSD nas comissões permanentes da Casa é mais um desafio que será enfrentado já a partir da próxima semana, pois no início de cada ano legislativo devem ser eleitos os novos presidentes dos colegiados e indicados os integrantes de cada um pelos partidos.

O presidente da Câmara informou que estão sendo analisadas três possibilidades: redividir os espaços das comissões, ampliar o tamanho dos colegiados ou criar outras duas comissões permanentes para atender ao PSD. Ele acredita que nos próximos 15 dias as vagas do novo partido já devem estar definidas.



VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
TÍTULO Fiesp modera crítica à barreira imposta pelo governo argentino		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Vizinho baixa medidas que impõe restrições às exportações brasileiras; Skaf diz analisa ação com serenidade MARINA GUIMARÃES, CORRESPONDENTE / BUENOS AIRES - O Estado de S.Paulo

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) moderou o tom das críticas contra as barreiras às importações impostas pelo governo argentino e prometeu fazer um esforço para adquirir maior volume de produtos produzidos pelos sócios. Em troca, os empresários querem melhorar o fluxo de exportações brasileiras para o mercado argentino, ameaçado pela escalada protecionista do país.

O assunto foi discutido em reunião do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, com os ministros de Economia, Hernán Lorenzino, e de Indústria, Débora Giorgi, e também com o secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, realizada ontem em Buenos Aires. O empresário qualificou o encontro de positivo e construtivo. Sobre as novas regras que entraram em vigor na quarta-feira, Skaf disse que as medidas ainda são novas e não provocaram impacto.

"Nos disseram que as medidas não têm o objetivo de prejudicar o comércio com o Brasil. Então, nós temos que aguardar com equilíbrio, com paciência, com serenidade",

disse. Porém, entre os executivos das 15 maiores empresas do Brasil instaladas no país, muitos defenderam retaliações contra a Argentina.

Em reunião realizada, previamente ao encontro de Skaf com o governo argentino, os empresários reclamaram do acúmulo de medidas restritivas e da pressão exercida pela equipe de Cristina Kirchner. Um dos diretores de uma das empresas brasileiras, que pediu para não ser identificado, afirmou ao Estado que o momento é complicado e exige "uma postura mais dura do governo".

Segundo ele, a gravidade da situação reside especialmente no fato de que algumas das medidas argentinas não estão escritas. "A pressão maior é feita por telefone, onde nos proibem de girar dinheiro para fazer pagamento de insumos importantes para nossa produção", reclamou. A empresa dirigida por ele possui mais de uma fábrica no país que importam motores elétricos do Brasil para fabricar máquinas que são exportadas pela Argentina.

"Se não importamos, não podemos produzir e a Argentina não pode exportar, o que é ruim para o país. Por isso, não entendemos todas as restrições que nos impõem", disse.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Aguinaldo Ribeiro assume Pasta das Cidades e garante ser 'ficha limpa'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após ser escolhido para comandar o Ministério das Cidades com a recomendação da presidente Dilma Rousseff de estudar no fim de semana os programas da Pasta, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PB) assegurou ontem ser "ficha limpa" e disse esperar que sua nomeação contribua para pacificar a bancada do PP no Congresso.

Formado em administração de empresas, Ribeiro substituirá o deputado Mário Negromonte (PP-BA), que deixa o cargo após uma série de denúncias de irregularidades. O parlamentar, que refuta as denúncias, ponderou a aliados que sua demissão deve-se ao "fogo amigo" vindo de colegas de partido. Ele foi o nono ministro a deixar o Executivo desde a posse da presidente Dilma, em janeiro de 2011. O sétimo que sai do governo em meio a suspeitas.

Alguns integrantes da bancada do PP no Congresso, entretanto, dizem temer que Ribeiro também seja alvo do chamado fogo amigo. Um dos futuros prováveis pontos de atrito entre as diferentes alas da bancada do PP na Câmara deve ser a eleição do sucessor de Ribeiro na liderança da sigla na Casa. Já há articulações de aliados do novo ministro para emplacar o deputado Arthur Lira (AL) na função, mas o nome do parlamentar enfrenta resistências do grupo ligado a Negromonte. A posse do próprio Aguinaldo Ribeiro no cargo de líder também deveu-se à disputa interna.

"O que nos motivou sempre com as mudanças na Câmara foi a melhoria e o fortalecimento do partido. Nós sempre buscamos a unidade, e acredito que nós tenhamos agora esse caminho da unidade por alcançar num futuro muito próximo", afirmou o novo ministro em entrevista a jornalistas, depois de reunir-se com Dilma e o presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ). "Nós estamos preocupados agora em trabalhar. A melhor resposta a partir de agora é trabalho."

A posse do novo ministro deve ocorrer na segunda-feira. Ribeiro contou que a presidente não lhe passou nenhuma orientação específica em relação aos trabalhos na Pasta. Ressaltou, no entanto, que é preciso dinamizar a relação do

Ministério com a Caixa Econômica Federal a fim de facilitar a execução do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

"Sabemos da dificuldade que temos, sobretudo na operacionalização de várias áreas importantes, como o programa de habitação, de saneamento, do reordenamento urbano, dos desastres naturais, mobilidade", comentou. "Ela [Dilma] disse que eu aproveitasse esse fim de semana, porque eu vou ter muito trabalho pela frente."

Ribeiro relatou ainda que a presidente Dilma não lhe cobrou explicações sobre os processos que respondeu por improbidade administrativa devido ao período em que foi secretário de Agricultura do Estado da Paraíba. A questão já "está vencida" e foi julgada pela Justiça e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), argumentou.

A exoneração de Mário Negromonte foi acertada entre o ex-ministro e Dilma antes de a presidente viajar a Cuba e ao Haiti. Dilma voltou a Brasília na madrugada de ontem, e no início da tarde concluiu o processo de transição no Ministério das Cidades.

Inicialmente, a preferência de Dilma era que Márcio Fortes, atual presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), retornasse ao comando do Ministério das Cidades. Fortes, que foi substituído por Negromonte justamente devido ao fato de não contar com o respaldo político da bancada do PP na Câmara, não conseguiu retornar à Pasta justamente por não ter reunido os apoios suficientes nos últimos dias. O deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) e o senador Benedito de Lira (PP-AL) também articularam para assumir o posto.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma sinaliza contenção de gastos e incentivo à indústria nacional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Fernando Exman e Daniela Martins | De Brasília

Em mensagem enviada ontem ao Congresso para a abertura do ano legislativo em que reitera seu compromisso com o controle dos gastos públicos e o aumento dos investimentos, a presidente Dilma Rousseff avisou que se esforçará neste ano para aprovar o projeto que estabelece um novo regime previdenciário para os servidores públicos. O projeto cria o fundo de pensão dos funcionários públicos (Funpresp), igualando as condições de aposentadoria dos servidores com as do setor privado.

Embora a proposta sofra resistência de alas do próprio PT, a presidente já decidiu inclusive frear a realização de concursos públicos e a nomeação de novos servidores até que as novas regras sejam instituídas. As outras prioridades do Executivo no Congresso neste ano são a aprovação do projeto que reduz o **ICMS** interestadual a fim de combater a guerra fiscal, as propostas que criam a Lei Geral da Copa, a Política Nacional de Irrigação, o Plano Nacional de Educação, regras para o fracionamento de medicamentos, o marco regulatório para o uso da internet e dos projetos que alteram o marco das agências reguladoras e as regras contra lavagem de dinheiro e de responsabilização de pessoas físicas e jurídicas por atos de corrupção. O governo sinalizou ainda que enviará ainda neste ano ao Parlamento um projeto de novo marco regulatório para o setor de mineração.

"Frente à instabilidade do cenário internacional em 2012, a gestão econômica de nosso país nos exigirá disciplina e ousadia", alertou a mensagem presidencial remetida ao Parlamento. "Disciplina para assegurar a solidez de nossos fundamentos macroeconômicos, o que passa pelo alcance do superávit fiscal proposto para o corrente ano, pela atenção constante sobre a evolução dos preços e pela continuidade da

redução da dívida pública brasileira como proporção do **PIB** e melhoria de seu perfil. Ousadia para adotar todas as medidas necessárias à continuidade do crescimento da **produção** e do emprego e para proteger nossa estrutura produtiva."

Dilma foi representada na cerimônia pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que estava acompanhada da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais). Segundo Dilma, o motor da economia brasileira continuará sendo o fortalecimento do **mercado** doméstico e o combate à pobreza. Por outro lado, acrescentou a presidente em sua mensagem enviada ao Congresso, o governo manterá os esforços para incentivar as **exportações** e impedir que a indústria nacional seja prejudicada por produtos **importados** que cheguem ao **Brasil** a preços desleais.

Se o governo indicou suas prioridades, as representantes da presidente Dilma na solenidade tiveram de ouvir cobranças dos parlamentares. Em seu discurso, o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), classificou as medidas provisórias como "o problema mais grave" do processo legislativo. "Com elas, nossa iniciativa legislativa e nosso próprio tempo de trabalho ficam comprometidos. Elas continuam a ser uma armadilha no andamento da democracia pela sua amplitude, pelo tempo exíguo para serem analisadas", disparou.

Já integrantes da oposição criticaram a falta de contundência da mensagem em relação ao combate à corrupção. "O governo, ao meu ver, patina. O governo, até por ter uma base extremamente heterogênea, que não se une em torno de um projeto, tem tido dificuldades de tratar grandes temas", comentou o senador Aécio Neves (PSDB-MG). (Colaborou Bruno Peres)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Maioria dos <u>Ministérios</u> reduziu ritmo de alta das despesas em 2011		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Tainara Machado | De São Paulo

O esforço fiscal da União em 2011 levou os Ministérios a diminuir o ritmo de alta das despesas no ano passado. A alta nominal dos gastos primários do Poder Executivo em 2011, em relação ao ano anterior, foi de 10,14%, ou R\$ 61,6 bilhões. Em 2010, o aumento dos gastos dos Ministérios e das secretarias vinculadas à Presidência da República havia sido de 15,7%.

Se considerada a estimativa do Tesouro Nacional para o avanço nominal do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011, de 9,7%, o aumento real no ano passado foi pequeno, de 0,4%. A realidade para cada Ministério, no entanto, difere. De 24 Ministérios, segundo levantamento feito a pedido do Valor pela Comissão de Orçamento do Senado, apenas três - Agricultura, Cidades e Comunicações - aceleraram o ritmo de alta dos gastos entre 2010 e 2011, na comparação com a passagem 2009/2010.

Outras dez pastas, envolvidas principalmente na condução da política social e de projetos de infraestrutura, gastaram mais em 2011 em relação ao ano anterior, mas diminuíram o ritmo, se feita a comparação com o crescimento observado em 2010. O Ministério da Pesca e da Aquicultura também aumentou gastos em 2011, mas como só foi criado em 2009, não é possível a mesma comparação.

Seis Ministérios reduziram despesas em 2011, em termos nominais, entre os quais Integração Nacional, Cultura e Turismo, pastas em que o contingenciamento de verbas discricionárias no início do ano foi significativo. O levantamento tomou como base apenas os gastos primários, com exclusão das despesas financeiras, como juros e amortização da dívida.

O Turismo, por exemplo, teria orçamento de R\$ 3,6 bilhões na lei aprovada pelo Congresso Nacional para 2011. No decreto de contingenciamento, no entanto, o limite de movimentação e empenho da pasta ficou em R\$ 573 milhões. Em novembro, o forte desempenho da arrecadação tributária levou o governo a liberar R\$ 12 bilhões dos recursos contingenciados e o limite para a o Ministério passou para R\$ 900 milhões. Mansueto de Almeida, especialista em contas públicas, ressalva que, quando a liberação de gastos pelo

governo ocorre já no fim do segundo semestre, é mais difícil que Ministérios consigam elevar rapidamente o ritmo de gastos.

Assim, o total pago pelo Ministério recuou 35% em 2011, sempre na comparação com o ano anterior, em termos nominais. Em 2010, na mesma base de comparação, os dispêndios da pasta registraram alta de 24%. O Turismo também passou por troca no comando: com o pedido de demissão do ministro Pedro Novais, que deixou o Ministério sob suspeita de corrupção, Gastão Vieira assumiu a gestão da área em setembro.

Os Ministérios mais importantes para a condução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Cidades e Transportes, tiveram comportamentos díspares. No caso do Ministério das Cidades, o aumento considerável das despesas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que passaram de R\$ 1,6 bilhão em 2010 para R\$ 7,5 bilhões em 2011, contribuiu para que a pasta quase dobrasse o total de despesas no período, entre iniciativas realizadas no ano e restos a pagar de exercícios anteriores.

A composição das despesas no Ministério dos Transportes foi diferente: o aumento de gastos com o PAC foi menor, de 1,84%, e as despesas discricionárias - aquelas passíveis de contingenciamento, como custeio - recuaram 21%. Assim, os gastos do Ministério, que haviam saltado 30% entre 2009 e 2010, tiveram alta mais modesta no último ano, de 3,8%. Além disso, com a queda do ministro Alfredo Nascimento, em julho, em meio a denúncias de corrupção e suspeita de superfaturamento em obras, a presidente Dilma Rousseff determinou que alguns projetos fossem revistos e outros simplificados.

Outras pastas das áreas responsáveis pelos projetos de infraestrutura também gastaram mais no último ano do que em 2010. O Ministério das Comunicações, por exemplo, quase dobrou o ritmo de alta das despesas, acompanhado pelo investimento, que, segundo dados do Tesouro, saiu no mesmo período de R\$ 36 milhões para R\$ 434 milhões - mais de 1000%. Parte dessa alta, segundo a assessoria de imprensa do Ministério, ocorreu por causa de restos a pagar do exercício de 2010 pagos no ano passado, no valor de R\$ 300

milhões, derivados da capitalização da Telebrás para implantação da Rede Nacional de Banda Larga.

Apesar do fôlego menor, as pastas centrais para a condução da política social - um dos pilares do governo Dilma - foram de certa forma preservadas do aperto fiscal no ano que passou. **Desenvolvimento** Social, Saúde e Educação tiveram aumento superior a 10% dos gastos no último ano, o que indica crescimento real, com base na estimativa para o **PIB** feita pelo Tesouro Nacional. Em relação a 2010, no entanto, as altas foram mais controladas: naquele ano, os aumentos haviam sido maiores, de no mínimo 15%, chegando a 32% no caso do **Ministério** da Educação.

O Bolsa Família, programa sob responsabilidade do **Ministério** do **Desenvolvimento** Social, por exemplo, teve desembolso de R\$ 17 bilhões em transferência de renda, execução de 99,6% da dotação orçamentária do programa no ano. Responsável também pelo programa **Brasil sem Miséria**, a pasta gastou 15,6% a mais em 2011, na comparação com o ano anterior. Em 2010, a alta havia sido

de 18,5%. Educação e Saúde, dois dos **Ministérios** com orçamentos mais altos no Executivo, atrás apenas da Previdência Social e da Defesa, aumentaram os gastos em 14,7% e 11,7%, respectivamente.

Para a economista Margarida Gutierrez, do grupo de conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o decreto de contingenciamento do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para 2012 deve preservar os gastos na área social, assim como ocorreu em 2011.

"O governo vai começar o ano contingenciando investimentos e custeio. Mas, à medida que a receita surpreender ao longo do ano - e isso deve acontecer por causa das concessões e dividendos de empresas públicas -, a prioridade deve ser dada para os investimentos, e não para o custeio, como ocorria no ano passado. É **importante**, porque muda a qualidade do gasto público", afirmou a professora.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Receita vai intensificar análise de importações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Receita Federal terá, a partir deste mês, uma unidade especializada para fiscalizar operações de comércio exterior, especialmente as importações. Será o Centro Nacional de Gerenciamento de Risco, com sede no Rio de Janeiro. Os alvos do Fisco são as compras suspeitas de falsa declaração de origem, prática de dumping (preço abaixo do normal) e mercadorias produzidas em outros países que chegam ao país com indícios de fraude nos preços.

A entrada maciça de importações direta ou indiretamente vinculadas a práticas desleais de comércio avança no Brasil à medida que o país amplia o volume de comércio exterior. "Esse aumento traz, em seu conjunto, práticas irregulares", disse o subsecretário de Aduana da Receita Federal, Ernani Argolo. Em 2011, as importações somaram US\$ 226,2 bilhões, 24% acima do registrado em 2010. Simultaneamente, a Receita Federal computou alta de 16% nas apreensões de mercadorias contrabandeadas ou ingressadas no país por meio de práticas desleais de concorrência comercial.

O Centro Nacional de Gerenciamento de Risco deverá ampliar o cruzamento de informações sobre as mercadorias que ingressam no país, de forma a identificar, com mais rapidez, as operações ilegais. Os fiscais atuarão em colaboração com representantes do setor privado.

Um trabalho preliminar iniciado com os setores têxtil e de calçados culminou nas operações "Panos quentes" e "Passos largos". Em ambas situações, fiscais e empresários trabalharam em conjunto na investigação de importações subfaturadas e com falsa declaração de origem, destinadas a burlar o recolhimento do direito antidumping (sobretaxas) aplicado a produtos fabricados na China.

No ano passado, as apreensões de vestuário atingiram R\$ 93 milhões, 35,7% acima do registrado em 2010. As retenções de calçados somaram R\$ 10,6 milhões, 122% maiores.

Também em 2011, as receptações de mercadorias suspeitas de prática de dumping somaram US\$ 277,6 milhões, resultado das apreensões de pneus, alho, PVC, alto-falantes, fibras sintéticas, ferros elétricos, tecidos e canetas esferográficas. Operações similares deverão abarcar outros setores, como o de brinquedos e a indústria farmacêutica.

No balanço apresentado ontem, a Receita Federal informou apreensão recorde de produtos falsificados, contrabandeados ou ligados a fraudes comerciais. As maiores receptações foram de veículos (R\$ 120,6 milhões, mais 14% em relação ao mesmo período no ano anterior), cigarros (R\$ 114,5 milhões, ou 22% a mais), relógios (R\$ 108,5 milhões, 135%), vestuário (R\$ 92,9 milhões, 35,8%) e bolsas (R\$ 61 milhões, 118%).

Ernani Argolo comentou que houve uma mudança nas práticas de contrabando. Os contraventores, que usavam comboios de ônibus de turismo, passaram, nos últimos anos, a transportar as mercadorias em carros de passeio. No ano passado, 6 mil veículos foram interceptados, enquanto o número de ônibus bloqueados foi de 283.

A Receita Federal atua em 35 aeroportos, 34 pontos de fronteira e 209 recintos alfandegados em portos. Em 2011, as 1.260 ações fiscais resultaram em R\$ 4,6 bilhões em lançamentos de créditos tributários.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Abinee quer incentivos do governo para enfrentar a concorrência internacional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Durante reunião com o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, cobrou medidas para reduzir impactos da **importação** de equipamentos para os produtores nacionais.

A proposta da Abinee é dar incentivo fiscal a empresas que compram produtos nacionais, mesmo que mais caros que os **importados**..